

Opinião do GLOBO

Competitividade é agenda crítica para o próximo governo

Em levantamento global, Brasil caiu para 59ª posição entre 63 países — sob Bolsonaro, só houve recuo

O último Anuário de Competitividade Mundial, pesquisa com empresários e executivos feita pelo Instituto para o Desenvolvimento da Gestão (IMD), na Suíça, confirma a proverbial incapacidade da economia brasileira para competir no exterior. O Brasil está na 59ª colocação entre 62 países, três posições abaixo do 56º lugar que ocupava em 2020. Estamos à frente apenas de África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela — e atrás de Botsuana e Colômbia. O levantamento traz nas três primeiras posições Dinamarca, Suíça e Cingapura.

Eis mais um atestado da imensa dificuldade que governos e políticos brasileiros têm para enfrentar as deficiências do nosso ambiente econômico. Com as exceções de praxe, como agronegócio ou mineração, o desempenho brasileiro na comparação internacional só piorou no governo Jair Bolsonaro.

A pesquisa é divulgada no momento em que os candidatos à Presidência negociam alianças e formulam propostas. Diante dos resultados e do histórico deplorável do país nos rankings de competitividade, o próximo presidente, seja quem for, deveria fazer sugges-

tões de políticas que mudem essa situação. É uma agenda conhecida, que passa por educação, reformas na área tributária e no ambiente de negócios.

Para melhorar a qualificação da mão de obra, é necessário antes de tudo aprimorar o ensino básico. O problema começou a ser enfrentado no governo Fernando Henrique Cardoso, com políticas que tiveram sequência no ciclo petista, mas foram deixadas de lado na gestão Bolsonaro, que preferiu converter o Ministério da Educação (MEC) em front da “guerra cultural” contra a esquerda. Há melhorias localizadas e mobilização entre estados, municípios e organizações da sociedade no aperfeiçoamento de métodos pedagógicos, muitos já usados com sucesso. Falta, porém, o MEC exercer seu papel de coordenador e difusor das boas práticas.

Melhorar a competitividade depende ainda de uma reforma tributária que torne os impostos mais racionais. É preciso acabar com a barafunda de normas e idiosincrasias da Receita Federal que criam dificuldades a quem quer empreender. Isso ajudaria as empresas a reduzir custos administrativos para oferecer produtos e serviços mais competitivos. Duas propostas de reforma

tributária no Congresso substituem vários impostos por poucos. Mas o governo preferiu deixar o tema de lado. O Planalto enviou um projeto mais tímido, sugeriu mudanças descabidas no Imposto de Renda, e ficou nisso. Resultado: o Brasil continua a ser o país onde as empresas mais perdem tempo para se manter em dia com o Fisco.

Os gargalos de infraestrutura, outra barreira que as empresas precisam transpor, só serão desobstruídos com a ajuda da iniciativa privada. Bolsonaro faz licitações de aeroportos e acaba de promover o leilão de ações da Eletrobras. Mas está longe das metas de privatização alardeadas. Falta agilidade. A União ainda tem uma folha de salários com 657 mil servidores ativos, regidos por normas arcaicas que uma reforma administrativa já deveria ter atualizado. Bolsonaro congelou o projeto no Legislativo. As empresas brasileiras continuarão, então, a enfrentar toda sorte de burocracia na tentativa infrutífera de competir no exterior.

A competitividade exige uma agenda específica e interdisciplinar, com definição de metas e cobrança de resultados. É um tema crítico para a campanha eleitoral e para o próximo governo.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniaocartas@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA



blogs.oglobo.globo.com/opiniaocartas@oglobo.com.br



O adeus e o alô para a Amazônia

Há momentos em que o tema do artigo se impõe, apesar das dúvidas sobre como abordá-lo ou mesmo sobre se um silêncio enlutado não seria mais eloquente.

O assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira já me alcança com a vista cansada de cobrir crimes desse gênero na Amazônia. Lembro-me do enterro de Chico Mendes, o cortejo movendo-se lentamente pelas ruas de Xapuri. Da noite da morte de Dorothy Stang, quando tivemos de comprar redes para dormir numa casa abandonada.

Em cada um desses casos de repercussão sobre o qual escrevia, havia sempre muitas outras vítimas anônimas que tomaram pela mesma causa.

No recente programa que fiz na região, usei a varanda de uma modesta casa da Ilha de Marajó para dizer que talvez fosse minha última viagem à Amazônia, porque, tal como a conhecemos, talvez não exista mais nos próximos anos.

A Amazônia que vemos como uma grande esperança para conter o CO₂ e evitar o aquecimento global, a Amazônia com que contamos para regular nosso regime de chuvas — tudo isso escapa entre nossos dedos.

Recente pesquisa mostra que, das dez cidades que mais emitem gases de efeito estufa, oito estão na Amazônia. As outras duas são Rio e São Paulo.

Outro trabalho mostra que os homicídios cresceram 52% no Amazonas. Sugere, claramente, que a violência é um movimento integrado que derruba, simultaneamente, árvores, bichos e pessoas.

Se a Amazônia, tal como nós a vemos, desaparecer, a própria ideia de Brasil também se dissolve numa paisagem desoladora.

Para muitos da minha geração, seria a morte compartilhada: morreremos nós e o Brasil que amamos. Mas e os outros? Os que ainda têm uma longa vida pela frente? Foi um pouco com olhar de despedida e de esperança que viajei essas três semanas pela região.

A destruição é gigantesca. Será preciso mais energia, mais consciência daqueles que herdarão o Brasil e o planeta

Há um grande trabalho de resistência. Da mulher que cria abelhas ao homem que produz chocolate com os índios, aos jovens que se esforçam por achar uma sobrevivência sustentável, às populações tradicionais que se reúnem em Brasília para defender seus direitos.

Essas pessoas não estão sós. Há muita gente fora da Amazônia que apoia seu esforço. Creio que há muita gente no mundo que também se liga nessa esperança.

A força da destruição é gigantesca. Será preciso mais energia, mais consciência daqueles que herdarão o Brasil e o planeta. E os que se preparam para partir talvez não tenham nada mais importante a fazer no tempo que lhes resta.

O momento é difícil porque o presidente do Brasil se identifica emocionalmente com os criminosos. Estimula o garimpo ilegal, o desmatamento, a dissolução das culturas indígenas, autoriza a criação de pistas clandestinas na floresta.

Infelizmente, as Forças Armadas continuam esperando um exército invasor e não perceberam que ele já está em campo. Sou testemunha da abnegação dos soldados e familiares nos postos de fronteira, da ajuda da FAB aos povos da floresta, mas em termos conceituais não falamos a mesma língua.

Os militares não reconhecem o país que tentamos defender e veem atrás de nossos corpos o vulto de potências estrangeiras que querem nos devorar.

Quando seremos uma só vontade na construção de um futuro que ainda é possível, com tantas riquezas que nos fariam uma potência ambiental num mundo em transformação? Ainda considero possível atrair as Forças Armadas para um projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, valorizando os produtos da floresta.

Bolsonaro é, por seu lado, encarnação da perversidade que está matando a Amazônia e, conseqüentemente, o Brasil.

Verdade é que a destruição não começou com ele. Só houve êxito de governo contra o desmatamento quando a sociedade participou.

Esse é um fato. Outro fato pouco discutido: a Amazônia não é só floresta, 70% das pessoas vivem em cidades. É preciso pensar no todo e pensar grande.

Desmonte da Funai agrava drama dos povos indígenas na Amazônia

Órgão perde orçamento e servidores, enquanto comunidades sofrem com doenças, invasões e violência

O assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips no Vale do Javari, na Amazônia, expôs a incapacidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) para proteger populações indígenas acossadas por criminosos de todo tipo. Nos últimos anos, ela vem passando por desmonte semelhante ao imposto aos órgãos ambientais. Cortes no orçamento, redução no número de servidores, perda de quadros qualificados e aparelhamento pelo bolsonarismo têm comprometido o trabalho.

O desmantelamento, como mostrou reportagem do GLOBO, vem desde o governo Temer, quando a Funai perdeu quase 40% do orçamento, e se agravou com Jair Bolsonaro. Em três anos e meio, ele jamais demonstrou empenho na defesa dos povos indígenas — costuma se vangloriar de não ter demarcado nenhuma reserva. O próprio Bruno foi exonerado em 2019 do cargo de coordenador-geral para índios isolados e de recente contato, após

pressões de ruralistas. Só no último mês, três funcionários em postos de comando deixaram a Funai.

Os atuais servidores são insuficientes para fiscalizar terras indígenas que ocupam ao redor de 1 milhão de quilômetros quadrados. Em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, onde vive 10% da população indígena do país, existem 17 funcionários da Funai. Nos anos 90, eram 86, segundo Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA). A própria Funai reconhece as deficiências ao dizer que fez um pedido de concurso público para 1.043 vagas.

Como ocorre noutras áreas, a Funai deixou de ser uma instituição de Estado para servir aos desígnios do governo. Presidida pelo delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, e cada vez mais militarizada, a fundação está mais alinhada à pauta bolsonarista que às demandas dos povos indígenas. Xavier, indicado pela bancada ruralista, é crítico da demarcação de terras e defensor da exploração econômica nas reservas.

Enquanto a direção da Funai vive num universo paralelo, as comunida-

des são abandonadas à própria sorte. No ano passado, apenas 5% das despesas foram para assistência aos indígenas, segundo o portal da Transparência. Na pandemia, potencializada pela presença de invasores, o governo só tomou providências após cobrança do Supremo Tribunal Federal. Fustigado por garimpeiros e traficantes, o povo ianomâmi enfrenta uma tragédia humanitária. Lideranças relatam estupro de mulheres, crianças e aliciamiento de menores. A malária devasta as aldeias. Imagens de crianças desnutridas e debilitadas pela doença chocaram o Brasil no fim do ano passado.

Alheios a tudo isso, Funai e Ministério da Justiça parecem mais empenhados em bajular o governo. Em março, o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Justiça, Anderson Torres, e o presidente da Funai, entre outros, foram agraciados com a Medalha do Mérito Indigenista, “como reconhecimento pelos serviços relevantes, em caráter altruístico, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades indígenas”.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO

é publicado pela Editora Globo S/A.

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

EDITORES
Política: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Brasil: Carla Rocha - carla@oglobo.com.br
Rio: Fábio Gusmano - fabio.gusmano@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Claudia Antunes - claudia.antunes@oglobo.com.br
Saúde: Adriana Dias Lopes - adriana.diaslopes@sp.oglobo.com.br
Segundo Caderno: Gabriela Goulart - gab@oglobo.com.br

SUCURSAS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldooassinante.com.br ou pelos

(preço de segunda a domingo)
para RJ, MG, SP e ES: R\$ 144,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R\$ 5,00
Domingos: RJ, SP, MG e ES: R\$ 7,00

AGÊNCIA OGLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de noticiário:
(21) 2534-5995 Banco de Imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Noticiário: (21) 2534-4310 Classificados:
(21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Missas,
religiosos e fúnebres: (21) 2534-4333.
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501